

Referências supérfluas em artigos científicos

CARLOS ALBERTO DOS SANTOS

Professor aposentado pelo Instituto de Física da UFRGS e professor Visitante da UFRSA

Na sua edição de 3 de maio passado, a prestigiosa revista Nature soltou um artigo arrasador no quarteirão (<https://www.nature.com/articles/d41586-023-01532-w>), referindo-se a uma pesquisa feita em 2012. Nessa pesquisa, Eric Fong e colaboradores, da universidade do Alabama (EUA), mostram que inúmeros editores de revistas científicas pressionam autores para incluir citações supérfluas a artigos publicados na própria revista. Aqueles que aceitam a pressão têm seus artigos publicados com mais facilidade do que os autores que rejeitam a pressão. Este inescrupuloso procedimento poderia ter sido previsto décadas atrás. Com um pouco de sagacidade e uma pitada de ceticismo na honestidade humana, seria possível imaginar que o conceito de índice de citação, criado em 1955 por Eugene Garfield, desbordaria nessa velada corrupção praticada pelos editores de famosas revistas científicas.

Garfield, o pai da ciëntometria, a ciência da mensuração e quantificação do progresso científico, tinha a mais ingênua e honesta das preocupações: como avaliar a qualidade de uma produção científica? Naquela época, a resposta mais óbvia e imediata era: pelo prestígio do periódico onde foi publicada. Mas, como definir objetivamente o “prestígio” de um periódico? As reflexões de Garfield levaram-no à definição do fator de impacto de uma revista científica, que mede o número de vezes em que seus artigos são citados em determinado período. Portanto, para ter um grande fator de impacto, os artigos da revista precisam ser bastante citados. Nem precisa desenhá-los para se imaginar a passagem da ideia de Garfield para os “inocentes” procedimentos dos editores flagrados na pesquisa de Fong e colaboradores.

É esse “prestígio” que irriga a

Não há a menor necessidade de se apoiar em alguma personalidade científica para afirmar a necessidade do domínio da língua portuguesa, das ciências da natureza, da matemática.”

conta bancária dos editores de periódicos científicos. As assinaturas desses periódicos custam fortunas, e quanto mais prestigiado o periódico, mais cara a assinatura. Além da assinatura, os periódicos mais importantes cobram dos autores uma taxa de processamento de artigos (APC na sigla em inglês). Por exemplo, a Physical Review Letters, uma das principais revistas da física, e que só publica artigos inovadores, com um máximo de 4 páginas, tem APC superior a 815 dólares. O APC aumenta se há figuras coloridas.

Depois de muito debate na comunidade científica, alguns periódicos passaram a ter livre acesso, sem necessidade de assinatura, mas como não há “almoço gratuito” esses periódicos passaram a aumentar seus APC, causando irritação na comunidade científica. Recentemente, todos os editores da NeuroImage e da NeuroImage: Reports renunciaram em protesto contra as APC cobradas pela Elsevier para publicações com acesso livre (<https://www.nature.com/articles/d41586-023-01391-5>). Por exemplo, o APC da primeira revista é de aproximadamente 3,4 mil dólares, e o da segunda que era de 900 dólares, foi duplicado. Os editores propuseram que a Elsevier cobrasse algo em torno de 2 mil dólares. A inflexibilidade da editora foi a causa

da demissão em massa.

Voltando à questão das citações supérfluas, é importante notar que ela engloba um aspecto metodológico, e um aspecto ético sério, embora, talvez, menos importante do que a mencionada inescrupulosidade editorial. Frequentemente, avaliadores de revistas científicas deparam-se com ambos os aspectos em artigos submetidos à publicação. Há casos em que os autores deixam de citar artigos importantes pertinentes ao tema abordado, quer seja por desconhecimento ou por considerá-los desnecessários. Nesses casos, o avaliador deve sugerir reconsideração por parte dos autores. O caso mais grave, e cada vez mais frequente na literatura brasileira a respeito de problemas educacionais, é o excesso de referências supérfluas por decisão dos autores, e não dos editores das revistas científicas. Há três situações: insegurança dos autores, promoção de autores conhecidos e autopromoção.

Geralmente autores jovens tendem a fazer citações claramente supérfluas. Por exemplo, ao afirmar a importância do estudo da língua portuguesa na educação básica esses autores apresentam como referência uma autoridade no assunto. Não há a menor necessidade de se apoiar em alguma personalidade científica para afirmar a necessidade do domínio da língua portuguesa, das ciências da natureza, da matemática. Esse é o conhecimento básico de uma educação cidadã, universalmente aceito. Ou seja, assertivas que pertencem ao universo cultural de uma sociedade, não exigem citação bibliográfica para sua validação.

Finalmente, são intoleráveis os casos nos quais os autores saem do contexto do trabalho submetido para permitir a promoção de seus trabalhos publicados, um ato conhecido como autocitação inapropriada, ou para promover autores reconhecidos, no afã de ganhar a simpatia desses autores ou de valorizar artificialmente o artigo submetido.